

Moção

Considerando:

- A contínua degradação das condições de trabalho, traduzida no insuficiente número de trabalhadores, na falta de material de trabalho básico, nos programas informáticos deficitários, na pressão exercida para o cumprimento de objetivos inexecutáveis, no recrudescimento de casos de assédio e de agressões de clientes a trabalhadores da Rede Comercial;
- A vitória do STEC quanto à implementação do Registo Eletrónico de Ponto na Rede Comercial, em que a CGD decidiu criar um sistema viciado e falacioso que viola a lei e que carece de justificações e validações, cujo objetivo é ocultar os milhares de horas extraordinárias não remuneradas prestadas anualmente pelos trabalhadores, contrariando, dessa forma, um registo que deveria ser simples e real;
- A injustiça que continua a ser a não reposição dos 4 anos na carreira que indevida e injustamente nos foram retirados;
- A recusa da Administração da CGD, que viu os seus rendimentos aumentados em 2022 em cerca de 37%, em cumprir a recomendação do governo de um aumento intercalar de apenas 1% para fazer face à inflação e à consequente deterioração das condições de vida. Reflete um ato de pura e desmedida ganância, face aos históricos lucros alcançados com o empenho, dedicação e sacrifício de todos os trabalhadores;
- A redução de milhares de trabalhadores e o encerramento de centenas de balcões nos últimos anos tem impactado de forma profunda na prossecução da missão da CGD como Banco Público ao serviço da população e da economia nacional, com perda progressiva de quota de mercado, aumento do número de reclamações e avaliações negativas dos clientes quanto à satisfação com o serviço prestado;
- As degradantes condições de trabalho que dificultam o recrutamento de novos trabalhadores, colocando em causa o rejuvenescimento dos quadros da CGD, bem como a preocupação com a figura, cada vez mais forte, do outsourcing na CGD, o que faz do banco público um promotor de trabalho precário.

Os Delegados Sindicais reunidos em Lisboa, em 12 de outubro de 2023, decidem:

- Apoiar o empenho da Direção nas iniciativas subjacentes à Campanha pela Dignidade no Trabalho, nomeadamente, na concentração de trabalhadores e reformados – junto à Sede da CGD – Av. João XXI, que terá lugar hoje dia 12-10-2023 pelas 12h;
- Apoiar a Direção na reivindicação referente ao aumento intercalar de 1% conforme recomendação do Governo e repudiar a prepotência e insensibilidade da Administração nesta matéria;
- Apoiar a Direção por todas as formas ainda possíveis, para que seja feita justiça na reivindicação da contagem dos anos de 2013 a 2016, contrariamente à incompreensível e inaceitável posição do Governo;
- Exigir à Administração que implemente as alterações necessárias, por forma, a que o Registo Eletrónico de Ponto na Rede Comercial, respeite a lei, reconhecendo os direitos decorrentes do trabalho efetivamente prestado e dos horários praticados, sem necessidade de sujeição à aprovação dos tempos de trabalho efetivos e reais, replicando-se o que se verifica nos Serviços Centrais e fazendo jus à realidade;
- Apoiar a Direção na intensificação de pedidos de inspeções da Autoridade para as Condições de Trabalho, denunciando-se o trabalho suplementar não remunerado e os atropelos à lei verificados neste sistema de Registo Eletrónico de Ponto aplicado na Rede Comercial, que evidencia a flagrante falta de trabalhadores;
- Apoiar a Direção na apresentação, de uma proposta da tabela salarial para o ano de 2024 que permita responder aos aumentos brutais do custo de vida e consequente perda de poder de compra;
- Manifestar o seu apoio à Direção para a continuação e endurecimento das formas de luta que se mostrem necessárias à defesa dos direitos e garantias dos trabalhadores, de condições de trabalho dignas, de salários e pensões justas, assim como, da conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional.